



O tempo está passando!

Documento de posicionamento do Movimento do Comércio Justo na COP27

O veredicto dos últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é unânime e contundente: o clima do planeta está mudando, e essa mudança foi causada pelo ser humano. A meta climática estabelecida em 2015 pelos Acordos de Paris de manter a temperatura global abaixo do limite de 1,5°C ainda está dentro do alcance, mas a probabilidade de cumpri-lo continua a diluir com o passar do tempo e compromete a ação climática. A necessidade de mudanças urgentes e radicais é agora primordial.

Não há dúvida: devemos transformar urgentemente nossa economia global em um sistema que seja sustentável para todos, em todos os lugares. E devemos começar abordando o comércio internacional como parte de nossa ambição por um futuro sustentável. Da produção ao consumo, o comércio internacional continua a contribuir significativamente para a nossa crise climática. Acima de tudo, opera de forma injusta, distribuindo de forma desigual os impactos das mudanças climáticas sobre os mais vulneráveis e menos responsáveis pelo status quo. Isso também deve mudar.

Isso porque pequenos(as) agricultores(as), micro, pequenas e médias empresas (PMEs) e trabalhadores(as) em países de baixa renda onde são produzidos bens de comércio justo são os que menos contribuem para as emissões de gases de efeito estufa, mas sofrem mais com os efeitos nocivos das mudanças climáticas. A evidência é clara e ilustram a gravidade e a frequência dos eventos climáticos, pintando um quadro vívido de como as ondas de calor, chuvas irregulares e outras mudanças climáticas afetam atualmente pequenos agricultores, trabalhadores e suas comunidades.

NOSSO APELO À AÇÃO

A) Governos

- ▶ Cumprir a promessa de US\$ 100.000 milhões em ajuda climática até o final de 2022
- ▶ Lidar com perdas e danos
- ▶ Garantir que o financiamento climático vá para pequenos (as) agricultores(as), PMEs e trabalhadores(as), incluindo a participação na concepção de programas climáticos.
- ▶ Prosseguir uma política comercial que apoie os direitos humanos e ambientais
- ▶ Concordar com os regulamentos que abordam as causas profundas da degradação ambiental (por exemplo, desmatamento) sancionando a não conformidade, ao mesmo tempo que garante-se o ônus de cumprir esses regulamentos

B) Business

- ▶ Apoiar agricultores, PMEs e trabalhadores(as) com o custo de adaptação e mitigação
- ▶ Pagar preços justos aos pequenos(as) agricultores(as), PMEs e trabalhadores(as)
- ▶ Trabalhar de forma colaborativa através e dentro das cadeias de suprimentos para atingir esses objetivos

Mas este não é o futuro que queremos, e não é o futuro para o qual estamos trabalhando. O Comércio Justo visa uma sociedade que respeita as pessoas e o planeta, ao mesmo tempo em que adota abordagens sustentáveis nos mercados globais, cuja regulamentação incentiva produção e consumo sustentáveis. Os mais de 1,9 milhão de agricultores, PMEs e trabalhadores(as) que formam o núcleo do Comércio Justo são a prova de que existem novos modelos econômicos baseados na solidariedade e na colaboração. E que funciona.

Como o comércio justo atua em relação ao clima?

As Organizações de Comércio Justo têm uma compreensão profunda da natureza interconectada dos direitos humanos e ambientais, e continuamos a tomar medidas concretas para promover esses direitos. Até o momento, 1.880 organizações em mais de 70 países produzem produtos certificados pelo Comércio Justo, incluindo créditos de carbono do Comércio Justo. De fato, os projetos de crédito de carbono do Comércio Justo reduziram mais de 650.000 toneladas de CO₂e gerando mais de 7 milhões de euros em vendas nos últimos cinco anos. Mais de 450 empresas de Comércio Justo verificadas em todo o mundo provam que outros modelos de negócios são possíveis.

Da Papua Nova Guiné ao México, as organizações de produtores certificadas pelo Comércio Justo também estão investindo na abertura de alternativas econômicas viáveis para novas gerações de agricultores nos países produtores. Isso significa avaliar sua exposição a riscos ambientais, trabalhar com eles para implementar planos de adaptação ao clima e colaborar em esforços de treinamento para apoiar líderes juvenis masculinos e femininos na proteção e restauração da natureza. Atualmente, mais de 500 organizações de Comércio Justo da Ásia, Pacífico, África, Oriente Médio, América Latina e Caribe estão adotando práticas agroecológicas e cadeias produtivas sustentáveis, e a maioria delas produz produtos como café, cacau, banana, moda, joias, decoração para casa e alimentos processados.

O Comércio Justo acredita que a crise global sem precedentes do clima e da biodiversidade só pode ser enfrentada com uma profunda compreensão dos contextos humanos para avançar em um modelo econômico sustentável que forneça soluções para as pessoas mais afetadas. E como um movimento global, reconhecemos a necessidade urgente de trabalhar para erradicar as dinâmicas de poder injustas no comércio global, regional e nacional, transferindo o poder para pequenos(as) agricultores(as), trabalhadores(as) e artesãos(as). Por isso, na COP26 fizemos um **chamado à todos os atores da cadeia de suprimentos** mundial para que deem um passo à frente, assumam a sua responsabilidade e se apropriem da luta contra as mudanças climáticas, alcançando acordos comerciais que sejam justos para as pessoas e o planeta, e que levem à devida diligência em direitos humanos e ambientais.

Por meio da visão do Comércio Justo em relação à ação climática, as Organizações e Empresários do Comércio Justo estão promovendo energia renovável e eficiência energética, reflorestando e interrompendo o desmatamento e restaurando a saúde do solo para melhorar seu potencial produtivo, limitando assim a expansão de terras agrícolas em locais com altos estoques de carbono. Essas ações promovem o uso eficiente dos recursos naturais de forma ambientalmente sustentável, protegendo, gerindo e restaurando os ecossistemas modificados que afetam as comunidades mais vulneráveis.

O objetivo do comércio justo: “Uma transição justa e totalmente financiada”

As comunidades de pequenos(as) agricultores(as) e as PMEs entendem melhor do que ninguém como as mudanças climáticas afetam seus ambientes locais e podem fornecer informações valiosas sobre como fazer as mudanças necessárias para se tornarem mais resistentes e sustentáveis. As comunidades agrícolas e as PMEs devem ser capacitadas para orientar os planos de redução de carbono e garantir benefícios comunitários e financeiros claros.

Eles também devem se beneficiar de um alto nível de sequestro de carbono adicional. Mas alcançar um futuro mais justo e sustentável para todos significa que todas as partes interessadas em nossa cadeia de suprimentos global terão que intensificar, fazer mais e fazer a diferença. E eles terão que fazê-lo concentrando-se em comunidades de pequenos(as) agricultores(as) e nas PME, bem como nas suas necessidades.

Estados-Membros e seus governos deve fornecer apoio essencial às comunidades para mobilizar e aproveitar o conhecimento local e dos(as) especialistas em termos de mudança climática. Além disso, eles devem cumprir suas promessas de financiamento climático e criar um sistema regulatório que recompense o desempenho ambiental e puna os danos ambientais. Por sua vez, as **empresas** devem assumir o verdadeiro valor dos alimentos e outros recursos naturais e pagar preços mais justos por eles. Pagar preços justos, respeitar os valores reais do produto e aderir a práticas comerciais justas garantem que os(as) agricultores(as), as PMEs e os(as) trabalhadores(as) dos países de baixa renda disponham dos recursos necessários para fazer os investimentos necessários para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Se o comércio global não exigir que todos os atores da cadeia de suprimentos compartilhem uma quantidade justa de responsabilidade para garantir que suas práticas não prejudiquem as pessoas e o planeta, a justiça climática nunca será uma realidade. E os **responsáveis políticos** devem ser justos com sua promessa climática e convidar os atores da cadeia de suprimentos a unir forças com o movimento do Comércio Justo e seus parceiros para demonstrar como construir justiça climática nos sistemas comerciais.

Para alcançar um futuro sustentável, também é vital que todas as partes interessadas assegurem que os custos do cumprimento da legislação ambiental e climática atual e futura não sejam repassados aos(as) produtores(as). Pelo contrário, eles devem se refletir em melhores preços para os produtos que oferecem, bem como em melhor remuneração, para que salários e renda dignos como ingredientes-chave de produtos produzidos de forma sustentável se tornem uma realidade.

Comércio Justo apela aos Estados-Membros

- ▶ **O Comércio Justo apoia fortemente os apelos internacionais para que os países ricos cumpram sua promessa de alcançar US\$ 100.000 milhões em ajuda climática prometida até o final de 2022 e desenvolvam estratégias críticas para ajudar comunidades vulneráveis a superar as perdas e danos sofridos pelas mudanças climáticas.** Reiterando este apelo, queremos que estes fundos cheguem aos(as) pequenos(as) agricultores(as), os(as) trabalhadores(as) e PMEs, e instamos que essas partes interessadas sejam capacitadas para determinar como gastar o financiamento em benefício de suas comunidades.
- ▶ **Na mesma linha, apelamos a todos os Estados-Membros para que apoiem, possibilitem e encorajem parcerias sustentáveis. Os Estados-Membros devem promover e incentivar a produção sustentável por meio de sistemas tributários ou condicionalidade tarifária para produtos sustentáveis em acordos comerciais. Em nossa experiência, as parcerias são mais eficazes quando os(as) agricultores(as) e as PME estão no centro da tomada de decisões.**
- ▶ **O financiamento climático também deve beneficiar os(as) pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as). É por isso que pedimos que o financiamento e as associações nas explorações agrícolas capacitem os pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) a se adaptarem e se tornarem mais resilientes, contribuindo para a mudança para as cadeias de suprimentos líquidas.** Dado que menos de 2% do financiamento climático chega atualmente aos(as) pequenos(as) agricultores(as), os critérios e procedimentos para a concessão de mecanismos financeiros como o Fundo Verde para o Clima - bem como os novos compromissos como o **fundo de desmatamento** anunciado na COP26 - deve ser acessível a pequenos(as) produtores(as) e suas organizações de forma clara e não burocrática.

O Comércio Justo apela ao setor privado

- ▶ **O movimento do Comércio Justo pede colaboração para trazer mudanças nos níveis de consumo e produção em todas as cadeias de suprimentos.** É injusto que comunidades vulneráveis em países de baixa renda suportem o custo total da crise climática. Eles são os que menos contribuíram para a mudança climática e, no entanto, são os mais prejudicados por suas consequências. Os responsáveis históricos pelas emissões são os que têm mais responsabilidade na hora de pagar a conta para detê-las. Não podemos esperar que pequenos(as) agricultores(as), PMEs e os(as) trabalhadores(as) arcam com o custo da transição para um futuro sustentável quando recebem muito pouco pelos bens que produzem e quando práticas comerciais endêmicas e exploradoras concentram o poder no topo das cadeias de suprimentos.
- ▶ **Nosso sistema de comércio global exige uma transição rápida e abrangente para práticas sustentáveis, incluindo o pagamento de renda e salários dignos. Os preços dramaticamente baixos e as condições desiguais experimentadas pelos pequenos(as) agricultores(as), trabalhadores(as) e PMEs impedem que elas e suas comunidades tenham o futuro próspero que merecem.** Se qualquer ação no comércio mundial resultar na deterioração do meio ambiente e dos direitos humanos e trabalhistas, esse comércio não deve ser considerado justo..

O Comércio Justo exige políticas que Beneficiem as Pessoas e o Planeta

- ▶ **A política comercial global deve apoiar os mais altos padrões ambientais e direitos humanos e trabalhistas, e deve trabalhar para reduzir drasticamente as emissões de carbono.** Trata-se de impulsionar a inovação e as melhores práticas de baixo carbono, incentivar a produção e o comércio de produtos sustentáveis e promover a adoção de tecnologias sustentáveis em todas as cadeias de suprimentos, incluindo investimentos em opções de transporte.
- ▶ Sabemos que as comunidades locais em países de baixa renda já estão sentindo os impactos da crise climática. Portanto, a política comercial tem um papel fundamental a desempenhar para garantir que os agricultores(as), PMEs e trabalhadores(as) recebam mais valor para sustentar a renda e os salários dignos. Além disso, a política comercial deve permitir que eles invistam em técnicas cruciais de adaptação e mitigação, enquanto trabalham em apoio aos resultados do desenvolvimento, integração regional e maior acesso ao mercado.
- ▶ **Além disso, todos os acordos comerciais devem demonstrar um compromisso inabalável com os direitos humanos, as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Paris por meio de requisitos obrigatórios e aplicáveis.** Só assim podemos reunir comércio, desenvolvimento e meio ambiente como peças correspondentes da solução para enfrentar a crise climática..

O comércio justo exige a devida diligência em direitos humanos e meio ambiente

- ▶ O Comércio Justo exige mais iniciativas para fortalecer os padrões ambientais e de direitos humanos, como os atualmente realizados pela União Europeia. Em particular, aplaudimos a Diretiva de Governança Corporativa Sustentável e o Regulamento sobre Produtos Livres de Desmatamento. O Comércio Justo também saúda o reconhecimento da Suprema Corte brasileira do Acordo de Paris como um tratado de direitos humanos, bem como a Lei do Meio Ambiente do Reino Unido, destinada a combater o desmatamento nas cadeias de valor para evitar implicações negativas não intencionais para os pequenos(as) produtores(as).
- ▶ **O Comércio Justo acredita que ninguém deve ser deixado para trás. Portanto, pedimos aos líderes políticos que tratem das causas profundas do desmatamento e da degradação florestal, ao mesmo tempo em que emitem novas regulamentações de mercado.** Entre outras coisas, isso inclui sublinhar explicitamente a importância de salários dignos e renda na legislação da devida diligência, juntamente com uma avaliação de como as práticas de compra das empresas, incluindo preços, impactam os direitos humanos, os seres humanos e o meio ambiente. Implicará também o compromisso de estabelecer mecanismos complementares de apoio financeiro aos pequenos(as) agricultores(as), quer seja através de despesas de ajuda pública, parcerias público-privadas e/ou apoio às PME.
- ▶ **Apelamos também que medidas fortes sejam inseridas para penalizar as empresas que não cumpram os regulamentos climáticos e para garantir que os pequenos(as) agricultores(as), PME e trabalhadores(as) recebam apoio financeiro ao custo de cumprir com as medidas de devida diligência. Eles não podem ser deixados sozinhos para arcar com os custos de uma crise climática que não causaram.** As condições vinculantes da estrutura legal devem ser projetadas e aplicadas de forma a promover uma abordagem sustentável para fazer negócios, evitar a concorrência desleal, impedir a exploração das comunidades e da natureza e garantir que os afetados tenham seus direitos protegidos e tenham acesso aos recursos legais.

Nossa visão de um futuro com justiça climática

Es injusto cargar el coste de nuestra crisis climática sobre los hombros de las comunidades más vulnerables del planeta. Por eso, el movimiento mundial de Comercio Justo pide que se cumplan los compromisos públicos sobre el clima y que los agentes comerciales rindan cuentas de sus promesas sobre el clima. Pero no nos detenemos ahí.

También sabemos que pequeños productores, los trabajadores y las PYME son parte de la solución climática. Y sabemos que el futuro de nuestro planeta depende de que se adopten alternativas probadas a los actuales patrones de producción, se prioricen las inversiones para transiciones más justas y se amplíen las opciones de adaptación y mitigación del clima en esta década.

Las organizaciones y los(as) empresarios(as) de comercio justo entienden que emprender acciones concretas contra el cambio climático es una tarea difícil, que requiere mucho tiempo y que está en constante evolución. Pero también entendemos que la justicia climática dentro del comercio es factible. Todos estamos dispuestos a realizar las inversiones necesarias para impulsar el cambio. Pero pedimos a todas las partes interesadas de la cadena de suministro que hagan lo mismo.

As Organizações de Comércio Justo e Empresários convidam todos os atores da cadeia de suprimentos global a aumentar seu apoio aos países produtores na gestão de riscos ambientais e no aumento da resiliência climática em direção a um novo modelo econômico caracterizado pela justiça climática.

Devemos agir juntos, e devemos agir agora. Não há justiça climática sem justiça comercial.

